



**ACÓRDÃO Nº973/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 12469/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Maternidade Azilda da Silva Marreiro.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Sandra Cavalcante Silva (Ordenador de Despesa) e Juliana Evangelista de Oliveira (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1051/2021-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Maternidade Azilda da Silva Marreiro. Exercício de 2019.

*Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação. Ciência. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da **Sra. Juliana Evangelista de Oliveira**, ex-diretora da Maternidade Azilda da Silva Marreiro, no curso do exercício 2019 (período de 01/01/2019 – 30/09/2019), nos termos do art. 22, III da Lei 2423/96 c/c art.188, §1º, III, da Resolução nº 04/2002.
- 10.2. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da **Sra. Sandra Cavalcante Silva**, ex-diretora da Maternidade Azilda da Silva Marreiro, no curso do exercício 2019 (período de 01/10/2019 – 31/12/2019), nos termos do art. 22, III da Lei 2423/96 c/c art.188, §1º, III, da Resolução nº 04/2002.
- 10.3. **Aplicar Multa** a **Sra. Juliana Evangelista de Oliveira** no valor de **R\$8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais, vinte e cinco centavos), decorrente das restrições **13.2, 13.3, 13.4, 13.5 e 13.7** nos termos do art. 308, VI da Resolução nº 04/2002-TCE/AM c/c art. 54, II da Lei 2423/96 (LO-TCE/AM) e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso



**ACÓRDÃO Nº973/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.4. Aplicar Multa a Sra. Sandra Cavalcante Silva** no valor de **R\$8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais, vinte e cinco centavos), decorrente das restrições **13.2, 13.3, 13.4 e 13.5** nos termos do art. 308, VI da Resolução nº 04/2202-TCE/AM c/c art. 54, II da Lei 2423/96 (LO-TCE/AM) e fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.5. Considerar em Alcance a Sra. Juliana Evangelista de Oliveira** no valor de **R\$483.063,80** (quatrocentos e oitenta e três mil, sessenta e três



**ACÓRDÃO Nº973/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

reais, oitenta centavos), decorrente da restrição 13.7 nos termos do art. 22, § 2º, “b” da Lei 2423/96 e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do Alcançe/Glosa, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5670 – outras indenizações – PRINCIPAL – ALCANCE APLICADO PELO TCE/AM”, órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ com a devida comprovação perante esta Corte de Contas e a devida atualização monetária (art.72, III, “a”, da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Res. nº 04/02 – RITCE/AM). Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.6. Determinar à Origem**, nos termos do art. 188, §2º, do Regimento Interno/TCE-AM, que:

**10.6.1.** Observe com rigor os ditames da Lei Federal nº 8.666/93, no que diz respeito à contratação conforme a modalidade adequada, evitando desta forma, a fragmentação de despesa.

**10.6.2.** Observe, por último, que a reincidência, nas próximas Prestações de Contas, das determinações ora veiculadas acarretará o julgamento da Irregularidade da respectiva Conta, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM.

**10.7. Dar ciência a Sra. Juliana Evangelista de Oliveira, a Sra. Sandra Cavalcante Silva** e os demais Interessados com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para que tomem conhecimento do decisório;

**10.8. Arquivar os autos.**



**ACÓRDÃO Nº973/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**11- Ata:** 31ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 14 de Setembro de 2021.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Josué Cláudio de Souza Neto.

**13.1. Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**  
Auditor-Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral